

SERGIO CLARO BUONAMICI

Promotor de Justiça do Estado de São Paulo.

Bacharel em Ciências Policiais de Segurança e Ordem Pública pela Academia de Polícia Militar do Barro Branco.

Bacharel em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, sendo distinguido com o Prêmio "Professor Antonio Queiroz Filho", concedido ao melhor aluno da cadeira de Direito Penal de sua turma.

Pós-graduado em Direito Civil e Direito Processual Civil pela "Unisal" - Centro Universitário Dom Bosco.

Mestre em Direito pela Universidade Metodista de Piracicaba.

Recebeu o prêmio "Melhor Arrazoado Forense – Série Criminal – 1ª colocação" (1997) pela Associação Paulista do Ministério Público.

Cidadania e Participação no Direito a Cidades Sustentáveis

Diretrizes gerais e instrumentos de política urbana na Lei nº 10.257, de 10-7-2001 (Estatuto da Cidade)

- Gestão democrática da cidade
- Plano diretor
- Estudo de impacto de vizinhança



JHMIZUNO
EDITORA DISTRIBUIDORA

Cidadania e Participação no Direito a Cidades Sustentáveis: Diretrizes gerais e instrumentos de política urbana na Lei nº 10.257, de 10-07-2001 (Estatuto da Cidade)

© Sergio Claro Buonamici

J. H. MIZUNO 2015

Revisão:

Sergio Claro Buonamici

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Maurício Amormino Júnior, CRB6/2422)

B943c	Buonamici, Sergio Claro. Cidadania e participação no direito a cidades sustentáveis: diretrizes gerais e instrumentos de política urbana na Lei nº 10.257, de 10-07-2001 (Estatuto da Cidade) / Sergio Claro Buonamici. Leme: J. H. Mizuno, 2015. 286p. 21cm. Inclui referências. Inclui índice alfabético remissivo. 1. Brasil. [Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001]. 2. Direito urbanístico. 3. Política urbana. I. Título.
ISBN 978-85-7789-217-4	CDD-346.81045
Índice para o Catálogo Sistemático	
1. Direito Urbano : Brasil 346.81045	
2. Planejamento Urbano : Legislação : Brasil 346.81045	
3. Urbanismo : Legislação : Brasil 346.81045	

Nos termos da lei que resguarda os direitos autorais, é expressamente proibida a reprodução total ou parcial destes textos, inclusive a produção de apostilas, de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, reprográficos, de fotocópia ou gravação.

Qualquer reprodução, mesmo que não idêntica a este material, mas que caracterize similaridade confirmada judicialmente, também sujeitará seu responsável às sanções da legislação em vigor.

A violação dos direitos autorais caracteriza-se como crime incurso no art. 184 do Código Penal, assim como na Lei n. 9.610, de 19.02.1998.

O conteúdo da obra é de responsabilidade do autor. Desta forma, quaisquer medidas judiciais ou extrajudiciais concernentes ao conteúdo serão de inteira responsabilidade do autor.

Todos os direitos desta edição reservados à

J. H. MIZUNO

Rua Prof. Mário Zini, 880 – Cidade Jardim – CEP: 13614-230 – LEME/SP

Fone/Fax: (19) 3571-0420

Visite nosso site: www.editorajhmizuno.com.br

e-mail: atendimento@editorajhmizuno.com.br

Impresso no Brasil

Printed in Brazil

Sumário

PARTE I

Fundamentos da Cidadania no Estado Democrático e Social de Direito Brasileiro

1. Estado de direito e direitos fundamentais na formação da cidadania	21
2. Estado de direito e a consolidação da cidadania	23
2.1. Estado e constitucionalismo	23
2.2. Estado liberal	27
2.3. Estado social	31
2.4. Estado democrático e social de direito	32
2.4.1. Instrumentos de participação	36
2.4.1.1. Audiência pública	40
2.4.1.1.1. Distinção entre a audiência pública e a consulta pública	42
2.4.1.2. Conselhos gestores de políticas públicas	43
2.4.1.3. Organizações não-governamentais (ONGs)	45
2.4.1.3.1. Organizações não-governamentais (ONGs) como atores globais	46
2.4.1.4. Direito de associação	51
2.4.1.5. Democracia participativa	53
2.4.1.5.1. Novos mecanismos de participação democrática ...	56
3. Gerações de direitos fundamentais e a expressão da cidadania	57
4. Exercício da cidadania no processo participativo	66
4.1. Conceito e significado de cidadania	66
4.2. Cidadania e democracia	71

4.3. Cidadania e participação.....	73
4.4. Cidadania e a sociedade da informação.....	78
5. Direitos fundamentais e a afirmação da cidadania no direito brasileiro	80
5.1. Fundamentos do estado democrático e social de direito brasileiro	80
5.2. Direitos e garantias fundamentais asseguradores da cidadania plena.....	83
5.2.1. Direitos fundamentais decorrentes de tratados internacionais ..	89
5.2.2. Direitos fundamentais decorrentes do regime e dos princípios constitucionais	99
5.2.2.1. Princípios federativo e republicano e a cidadania	102
5.2.3. Direitos fundamentais compositores da cidadania plena.....	103
5.2.3.1. Direitos individuais e coletivos limitadores do poder estatal...	104
5.2.3.2. Direitos difusos ou coletivos e o interesse público	105
5.2.3.3. Direitos sociais e igualdade entre os cidadãos.....	114
5.2.3.4. Direitos da nacionalidade e a relação do cidadão com o Estado	119
5.2.3.5. Direitos políticos e a promoção da dignidade do cidadão	121
5.2.3.6. Direitos solidários e interesse comum na construção de uma sociedade fraterna.....	123

PARTE II

Cidadania e Processo Participativo na Construção das Cidades Sustentáveis

1. Urbanismo e Modernidade	133
1.1. Cidade do Renascimento e da Idade Moderna.....	137
1.2. Cidade da Revolução Industrial	138
1.3. Cidades e pós-modernidade	139
1.4. Modernidade e cidades brasileiras.....	144
1.5. Município e cidade: ampliação da responsabilidade urbanística e ambiental.....	145
2. Política urbana e equilíbrio ambiental no direito brasileiro	148
2.1. Política urbana na Constituição Federal de 1988	148
2.2. Diretrizes gerais da política urbana. Ordem urbanística	149
2.3. Funções sociais da cidade e da propriedade urbana.....	154
2.4. Equilíbrio ambiental.....	157

3. Direito a cidades sustentáveis e o processo participativo na gestão democrática das cidades.....	161
3.1. Sustentabilidade urbano-ambiental e equidade intergeracional	161
3.1.1. Princípio do desenvolvimento sustentável. Relatório de Brundtland. Declaração do Rio (1992). Declaração de Nova Delhi (2002). Constituição Federal (1988).....	162
3.1.2. Sustentabilidade ampliada e sustentabilidade progressiva	165
3.1.3. Equidade intergeracional e equidade intrageracional	166
3.2. Direito a cidades sustentáveis e qualidade de vida	167
3.2.1. Direito à terra urbana	170
3.2.2. Direito à moradia.....	171
3.2.3. Direito ao saneamento ambiental	173
3.2.4. Direito ao tratamento adequado de resíduos sólidos e rejeitos....	175
3.2.5. Direito à infraestrutura urbana	177
3.2.6. Direito ao transporte.....	178
3.2.7. Direito aos serviços públicos.....	181
3.2.8. Direito ao trabalho.....	182
3.2.9. Direito ao lazer	183
3.3. Política urbana e controle social	185
3.3.1. Sociedade civil e o princípio da participação na política urbana	185
3.3.2. Neourbanismo, metropolização e fundamento do controle social	187
3.4. Gestão democrática da cidade.....	189
3.4.1. Conceito de gestão democrática da cidade.....	191
3.4.2. Bloqueios à gestão urbana democrática.....	193
3.4.3. Fundamentos da cidadania na gestão de política urbana	194
3.5. Gestão orçamentária participativa.....	198
3.6. Gestão democrática regional ou metropolitana.....	199
4. Principais instrumentos da política urbana e o controle social.....	202
4.1. Instrumentos de gestão democrática da cidade.....	205
4.1.1. Órgãos colegiados de política urbana.....	207
4.1.1.1. Participação nos órgãos colegiados de política urbana....	210
4.1.1.2. Natureza jurídica das deliberações dos órgãos colegiados de política urbana	211
4.1.2. Debates, audiências e consultas públicas	214

4.1.3. Conferências sobre assuntos de interesse urbano.....	216
4.1.4. Iniciativa popular	217
4.2. Zoneamento urbano-ambiental	218
4.3. Plano diretor e processo participativo	220
4.3.1. Planejamento urbano e gestão estratégica.....	220
4.3.2. Planejamento urbano participativo.....	222
4.3.3. Importância do plano diretor no planejamento municipal.....	227
4.3.4. Plano diretor como instrumento básico de política urbana	229
4.3.5. Conceito de plano diretor	231
4.3.6. Elaboração e implementação do plano diretor.....	233
4.3.7. Participação popular e acesso às informações.....	235
4.3.8. Debates e audiências públicas	236
4.3.9. Princípio da publicidade	237
4.3.10. Direito à informação no plano diretor	238
4.3.11. Participação popular e revisão do plano diretor	238
4.3.12. Responsabilidade civil do agente público	240
4.4. Estudo de impacto de vizinhança (EIV) como instrumento de participação	243
4.4.1. Direito de vizinhança e o interesse social	243
4.4.2. Distinção entre estudo de impacto de vizinhança (EIV) e estudo prévio de impacto ambiental (EIA).....	244
4.4.3. Cidadania participativa no estudo de impacto de vizinhança (EIV) ..	246
4.4.4. Estudo de impacto de vizinhança (EIV) como instrumento de natureza jurídica constitucional.....	247
4.4.5. EIV e publicidade. Relatório de impacto de vizinhança (RIV)....	248
4.4.6. Audiência pública no estudo de impacto de vizinhança (EIV) ...	249
4.4.7. Estudo de impacto de vizinhança (EIV) como direito subjetivo do cidadão	250
4.4.8. Exercício da cidadania no licenciamento urbanístico	251
CONCLUSÃO	255
REFERÊNCIAS.....	261
ÍNDICE ALFABÉTICO REMISSIVO	281